



Ano 148.º de informação
de qualidade

Editorial

A greve dos estivadores

Vivemos em democracia plena, na qual vigoram todos os direitos cívicos, entre eles o direito à greve. E só se justifica lembrá-lo para ressaltar a abissal diferença das relações laborais em democracia, das dos regimes ditatoriais, por mais que tentem esconder com eufemismos a sua natureza profunda. Mas reconhecer o direito inalienável à greve não obriga a considerar toda e qualquer greve justa e justificada.

A greve dos estivadores, confinada aos portos de Lisboa, Setúbal e Figueira da Foz, não merece ser vitoriosa. Não o merece na exata medida em que procura impedir a estruturação do trabalho portuário, que já foi realizado nos dois grandes portos nacionais – Sines e Leixões –. portas maiores de entrada e saída de mercadorias do País. São os próprios grevistas a afirmar que não estão em causa reivindicações de aumentos salariais; o secretário de Estado da tutela já garantiu publicamente não pretender realizar despedimentos nos portos portugueses com o novo regime, que motiva a ação grevista; do que se trata então? Da mudança de regras na organização da força de trabalho, que lhe permite dar uma resposta mais produtiva e ágil com menor trabalho extraordinário aumentando, assim, a produtividade e reduzindo os custos das operações portuárias, tornando os portos mais competitivos.

Se tudo isto vai sendo feito, sem conflito, mediante uma negociação competente a contento das partes, que fez de Sines e Leixões dois elos vitais na expansão das exportações nacionais, com lucro, pode e deve ser feito nos restantes portos do nacionais. Os prejuízos económicos da ação prolongada dos grevistas são consideráveis, mas transitórios e fazem parte da liberdade de fazer greve e das suas consequências. Ceder a interesses corporativos contrários à atividade em que se inserem produz danos duradouros à economia nacional.

Portugal e Palestina

A carta de Passos Coelho ao presidente da Autoridade Palestiniana merece reflexão para além do ato político-diplomático em si. Portugal tem expresso de forma consistente o apoio a uma solução negociada do conflito israelo-palestino, e Lisboa tem sublinhado a importância da renúncia à violência numa região em tensão permanente. Uma opção conjugada com o necessário realismo diplomático e geopolítico, em que os interesses fundamentais das partes em conflito devem ser tomados em consideração.

No quadro do conflito, Portugal tem defendido um consenso dos Estados membros da UE em torno de soluções intermédias, o que tem sido impossível de alcançar, como ficou ontem provado com as distintas posições, e respetivos argumentos de várias capitais europeias. Diferenças que resultam de distintas perceções sobre o conflito tanto ou mais como resultam de perceções distintas sobre a UE.

A atitude portuguesa, país de escassa massa crítica no sentido geopolítico clássico, pode sugerir uma via ao Estado, palestino *de facto et de jure* do futuro – a autonomia de julgamento, a diplomacia responsável, a prática dos princípios fundamentais de uma arquitetura mundial responsável e pacífica é produtora de mais e melhores resultados do que os produzidos pelas estratégias do passado.